

CPI do Jardim Pantanal aprova relatório e faz sugestões

Documento pede integração entre áreas ambiental, urbana e habitacional em São Paulo

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Pantanal, da Câmara Municipal de São Paulo, aprovou nesta terça-feira (23) o relatório final dos trabalhos realizados para investigar as causas das enchentes recorrentes no Jardim Pantanal e em bairros vizinhos da zona leste da capital. O documento reúne diagnósticos e recomendações voltadas às áreas de habitação, meio ambiente, drenagem urbana e planejamento territorial.

A CPI foi presidida pelo vereador Ricardo Teixeira (União Brasil) e teve como relator o vereador Lucas Pavanato (PL). Também integraram o colegiado da Comissão os vereadores Alessandro Guedes (PT), Dr. Milton Ferreira (Podemos) e Sandra Santana (MDB).

Instalada em outubro de 2025, a comissão realizou uma série de reuniões, audiências e diligências para analisar os fatores que contribuem para os

alagamentos registrados na região. Durante os trabalhos, os parlamentares ouviram representantes de órgãos municipais, estaduais e federais, além de especialistas, técnicos e moradores afetados pelos problemas causados pelas chuvas.

Dados do relatório

Segundo o relatório aprovado, as enchentes no Jardim Pantanal resultam de uma combinação de fatores históricos, ambientais e urbanísticos. O documento aponta que a ocupação de áreas sujeitas a inundações, as limitações da infraestrutura de drenagem e a necessidade de maior integração entre diferentes políticas públicas estão entre os desafios identificados pela comissão.

Recomendações

Entre as principais recomendações está a atuação coordenada entre os órgãos responsáveis



A CPI foi presidida por Ricardo Teixeira (União) e teve relatoria de Lucas Pavanato (PL)

pelo planejamento urbano, habitação, saneamento, recursos hídricos e meio ambiente. A avaliação dos vereadores é de que soluções isoladas tendem a ter impacto limitado diante da complexidade da situação enfrentada na região.

Ações preventivas

O relatório também sugere o fortalecimento de ações preventivas para minimizar os efeitos das enchentes, incluindo melhorias nos sistemas de monitoramento, ampliação das medidas de proteção a áreas vulneráveis e aperfeiçoamento do planejamento territorial na região. Outro ponto destacado é a necessidade de alinhar políticas habitacionais com algumas estratégias de preservação ambiental e redução de riscos.

Ao longo da investigação, a CPI recebeu documentos técnicos de diversos órgãos públicos e analisou informações re-

lacionadas à ocupação do solo, drenagem urbana, saneamento básico, obras de infraestrutura e gestão de recursos hídricos. Os vereadores também realizaram visitas técnicas para acompanhar a situação enfrentada pelos moradores do Jardim Pantanal.

Votação do relatório

Durante a votação do relatório, os integrantes da comissão destacaram a importância de que as recomendações não fiquem restritas ao documento final e sejam consideradas pelos órgãos responsáveis pela formulação e, também, execução de políticas públicas. O texto aprovado será encaminhado às autoridades competentes para conhecimento e eventual adoção das medidas sugeridas.

O bairro Jardim Pantanal é uma das regiões mais afetadas por enchentes na cidade de São Paulo. Localizado próximo às várzeas do Rio Tietê, o

bairro convive há décadas com episódios de alagamentos que impactam a mobilidade, a infraestrutura urbana e a rotina de milhares de moradores.

Encerramento da CPI

Com a aprovação do relatório final, a CPI encerra oficialmente suas atividades. As conclusões do colegiado poderão subsidiar futuras discussões na Câmara Municipal e servir de referência para ações dos governos municipal, estadual e federal relacionadas à gestão ambiental, à prevenção de enchentes e à política habitacional na zona leste da capital.

Comissões em atividade

As CPIs em funcionamento na Câmara Municipal de São Paulo incluem, além da CPI do Pantanal, outras investigações em andamento, como a CPI dos Devedores, a CPI do Jockey Club e, ainda, a CPI do Metanol.

SP divulga lista atualizada dos 50 maiores devedores da dívida ativa da capital paulista

Divulgação/Prefeitura de São Paulo

A Prefeitura da cidade de São Paulo divulgou nesta terça-feira (23) a lista atualizada com os 50 maiores devedores inscritos na dívida ativa do município. O levantamento reúne débitos tributários e não tributários atualizados e consolidados por CNPJ principal, e aponta um total de aproximadamente R\$ 56,4 bilhões em valores devidos em aberto.

Segundo a administração municipal, a publicação atende a uma determinação da Câmara Municipal paulistana e tem como objetivo principal dar transparência ao estoque da dívida ativa da capital. Os valores totais incluem débitos que podem estar em discussão administrativa ou judicial, sem considerar eventuais garantias

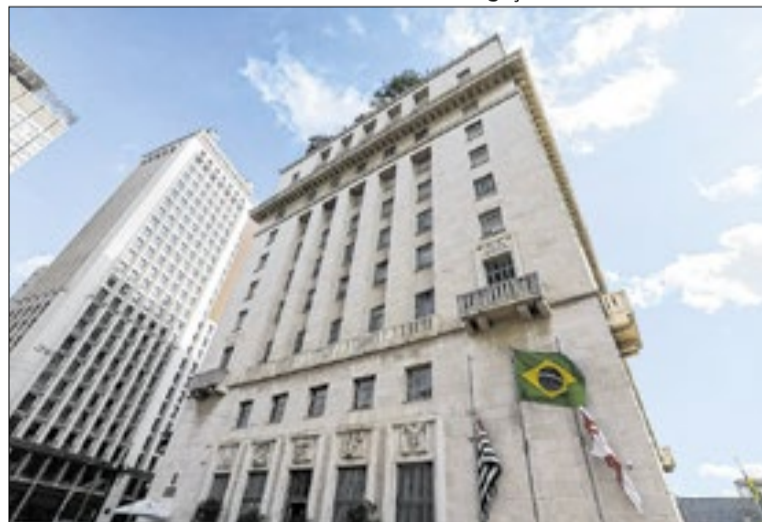
ou suspensões de exigibilidade.

Ranking

No topo do ranking da Prefeitura aparece o Grupo Itaú, com cerca de R\$ 19,8 bilhões em débitos. Na sequência, figuram o Facebook Brasil, com aproximadamente R\$ 3,8 bilhões, e a Unimed Paulistana, com cerca de R\$ 3,6 bilhões.

Também integram a lista instituições financeiras e empresas de grande porte de diferentes setores da economia. Entre elas estão o Banco do Brasil, com cerca de R\$ 2,8 bilhões, e a NotreDame Intermédica, com aproximadamente R\$ 2,4 bilhões. Há ainda companhias dos setores de telecomunicações, saúde e serviços.

De acordo com os dados



Sede da Prefeitura da capital paulista, no centro da cidade

divulgados, a relação considera os maiores valores inscritos na dívida ativa do município, mecanismo que reúne créditos não pagos à Prefeitura e que podem ser cobrados conforme a legisla-

ção vigente. A lista, segundo o Executivo municipal, será atualizada periodicamente.

Grandes devedores

A divulgação do ranking

ocorre em meio a discussões na Câmara Municipal sobre o volume de grandes devedores e o impacto da inadimplência na arrecadação da cidade.

Transparência

Parlamentares defendem que a transparência sobre os maiores débitos pode contribuir para o acompanhamento da execução fiscal e para a recuperação de receitas.

Segundo a Prefeitura, os dados integram o esforço de transparência fiscal e podem subsidiar ações de cobrança e negociação de débitos inscritos na dívida ativa do município de São Paulo no período atual.

A íntegra da lista está disponível no portal oficial da Prefeitura de São Paulo.